

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social - ASCOM

Sumário

VEÍCULO: O Globo	2
Título: Comperj com sócio chinês	2
Título: Um histórico de gigantismo e corrupção	4
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	5
Título: Petrobrás pode ter sócia chinesa no Comperj	5
Título: Empresa de soluções da Enel tem novo presidente	6
Título: Eletrobrás pode privatizar usinas e subsidiárias	7
Título: Brookfield quer comprar fatia da Light na Renova	8
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	8
Título: Petrobras negocia conclusão do Comperj com chinesa CNPC	8
VEÍCULO: Correio Braziliense	9
Título: Petrobras reduz preço de gás de cozinha	9
VEÍCULO: Valor Econômico	10
Título: Bolsa analisa possível sanção à Braskem	10
Título: Eletrobrás adia prazo de plano de aposentadoria	12
Título: Vale define a nova estrutura de comando	13

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: Ramona Ordoñez / Bruno Rosa****Título: Comperj com sócio chinês**

Petrobras fecha parceria com CNPC para construir refinaria. Projeto deve gerar dez mil empregos.

A Petrobras vai construir uma refinaria no Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj), em Itaboraí, um dos maiores símbolos do esquema de corrupção que existiu na companhia e que foi revelado pela Operação Lava-Jato. O projeto, que representa a retomada das obras do Comperj, será feito em parceria com a gigante chinesa CNPC, conforme revelou ao GLOBO um executivo próximo às negociações. Em comunicado ao mercado divulgado ontem, a Petrobras informou apenas que foi assinado um memorando de entendimentos entre as duas empresas para iniciar negociações para a realização de uma parceria estratégica.

A expectativa é que a retomada das obras da refinaria gere dez mil empregos, de acordo com o Consórcio dos Municípios do Leste Fluminense (Conleste), que reúne 11 cidades como Niterói, Itaboraí e São Gonçalo. Além disso, devem ser criados de quatro mil a oito empregos diretos com a construção da unidade de processamento de gás natural, prevista para o segundo semestre deste ano. De acordo com uma fonte, as duas empresas deverão chegar a um entendimento sobre os detalhes do projeto nos próximos meses. Segundo uma fonte, a expectativa é que a construção da refinaria no Comperj exija investimentos entre US\$ 3,5 bilhões e US\$ 4 bilhões. Ainda não foi definida a capacidade da refinaria.

O projeto anterior previa um volume de 165 mil barris por dia de petróleo. Já foram gastos no projeto US\$ 13 bilhões e nada foi construído até o momento. A construção da refinaria do Comperj não consta do Plano de Negócios da Petrobras 2017-2021, pois a empresa buscava um parceiro estratégico disposto a realizar os investimentos. Atualmente, o único projeto previsto no Comperj, cujas obras começaram a ser paralisadas no fim de 2014, é a construção de uma Unidade de Processamento de Gás Natural (UPGN), destinada a receber e processar o gás natural que será produzido no pré-sal.

Trata-se de um investimento próprio da Petrobras de US\$ 2,5 bilhões a US\$ 3 bilhões. Mesmo com a retomada das obras com a entrada do parceiro chinês na refinaria, não está prevista a construção de uma petroquímica, como previa o projeto original. O memorando de entendimentos para a parceria entre as duas empresas foi assinado ontem pelo presidente da Petrobras, Pedro Parente, e o vice-presidente da CNPC, Wang Dongjin, em Pequim, capital da China. Do outro

lado, prefeituras e analistas comemoraram a notícia. Segundo Rodrigo Neves (PV), prefeito de Niterói e presidente da Conleste, uma solução para o Comperj já era esperada há pelo menos dois meses, quando Parente se reuniu com os prefeitos da região.

Com a retomada do projeto, a expectativa é que sejam criados ao menos dez mil novos empregos. — Vejo com esperança o anúncio. As cidades sofreram muito com a paralisação do Comperj, que reduziu a arrecadação de ISS (Imposto sobre Serviços) e aumentou os problemas sociais, como a violência urbana e a população de rua. A retomada é um alento para a economia regional. É importante para o Estado do Rio a conclusão do Comperj, pois vai agregar valor à economia — destacou Neves.

NOVA ESTRATÉGIA PARA A ÁREA DE REFINO

Segundo Neves, os municípios já estão estruturando um plano diretor de desenvolvimento para incentivar a criação de arranjos produtivos locais para atrair fornecedores: — Esperamos que a retomada das obras ocorra já neste segundo semestre, e que, com isso, a região consiga superar os problemas. O prefeito de Itaboraí, Sadinoel Souza (PMB), diz que a paralisação do Comperj afetou a arrecadação de ISS, que despencou de R\$ 30 milhões por mês, em 2014, para os atuais R\$ 3 milhões mensais. A parada do empreendimento resultou em 20 mil desempregados na cidade.

— Itaboraí entrou em colapso por causa do Comperj. E estamos nessa situação até hoje. Temos dificuldade até para pagar os funcionários públicos. Temos hoje quatro mil salas comerciais vazias. Se você somar as cidades vizinhas, como Niterói e São Gonçalo, que sofrem, ainda, com a parada da atividade de óleo e gás, são mais de 50 mil desempregados. O maior problema é a falta de emprego — disse Sadinoel, que ainda não sabe o cronograma para a retomada das obras.

Christino Áureo, secretário da Casa Civil e Desenvolvimento Econômico do Estado do Rio, disse que a retomada do Comperj é um elemento a mais para permitir a virada da economia: — Ninguém pode se dar ao luxo de perder o que já foi investido nem de perder a infraestrutura que existe lá. É alentador. Estamos perto do nosso ponto de virada. Segundo fonte próxima à estatal, a CNPC manifestou maior interesse em fazer parcerias com a Petrobras na área de exploração e produção de petróleo, e aceitou colaborar com a conclusão do Comperj com uma participação minoritária. Esse é o primeiro passo da Petrobras rumo a parcerias na área de refino. A parceria com a CNPC vinha sendo negociada há cerca de seis meses pela Petrobras. Segundo Alfredo Renault, professor da PUC-RJ, a parceria com os chineses marca o início de uma nova fase da estatal na área de refino:

— Para a Petrobras, esse acordo é importante, pois vai conseguir recuperar algo de tudo que já gastou. A parceria deve incluir fornecedores e equipamentos da China, pois esse é o modo que os chineses trabalham — disse. — A Petrobras tem capacidade ociosa nas refinarias. Isso ocorre em razão do aumento da importação de outras empresas, pois a estatal vende gasolina com sobrepreço em relação ao mercado internacional, e pela redução do consumo por causa da crise.

PETROBRAS REAJUSTA GASOLINA EM 1,8%

Segundo cálculos de Adriano Pires, do Centro Brasileiro de Infraestrutura (CBIE), as refinarias operam a 70% da capacidade. A Petrobras já vem se preparando para tornar atraente o negócio de refino para buscar parceiros, e, há algum tempo, tem anunciado novas políticas de reajuste de preços para os combustíveis. Ontem, a Petrobras elevou os preços da gasolina em 1,8% e do óleo diesel em 2,7% nas refinarias.

No comunicado ao mercado, a Petrobras explica que o Memorando de Entendimento visa a iniciar negociações referentes a uma parceria estratégica: "as empresas se comprometem a avaliar, conjuntamente, oportunidades no Brasil e no exterior em áreas chaves de interesse mútuo, beneficiando-se de suas capacidades e experiências em todos os segmentos da cadeia de óleo e gás, incluindo potencial estruturação de financiamento." Desde 2013, a Petrobras e a CNPC são parceiras na área de Libra, primeiro contrato pelo regime de partilha de produção, no pré-sal da Bacia de Santos. A CNPC é a maior corporação de óleo e gás da China e tem presença em mais de 70 países.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Economia

Autor: R.O.

Título: Um histórico de gigantismo e corrupção

Há nove anos, a Petrobras iniciava as obras de terraplanagem do Comperj, que seria o maior empreendimento industrial das últimas décadas no país, o maior da estatal e um dos maiores do mundo no setor. Os investimentos iniciais foram estimados em US\$ 8,4 bilhões. Mas já foram gastos US\$ 13 bilhões e praticamente nada foi feito. O projeto se tornou emblemático não só pelo gigantismo como pela corrupção e pagamento de propinas revelados pela Operação Lava-Jato.

Os números do Comperj eram ambiciosos: geraria 200 mil empregos diretos e indiretos, e a refinaria, inicialmente, produziria matéria-prima para a indústria de plástico que se instalaria na região. A cerimônia do início das obras em 2008 contou com a presença do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O projeto,

inicialmente petroquímico, incluiria sócios privados e o BNDES. A refinaria processaria até 150 mil barris por dia de petróleo pesado.

Acabou se tornando inviável porque os sócios privados não vieram. Depois, a estatal decidiu construir uma refinaria para produção de derivados de petróleo e outra para petroquímica. Em 2012, a estatal reduziu ambições. Ficaria só uma refinaria de 165 mil barris por dia para derivados de petróleo, que ficaria pronta em 2015. É esse o projeto que os chineses vão ajudar a construir. Em 2015, a estatal registrou em balanço baixa de R\$ 5,28 bilhões no valor de ativos em razão da corrupção no Comperj.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Fernanda Nunes /

Título: Petrobrás pode ter sócia chinesa no Comperj

Estatal começou a costurar uma parceria com a CNPC para tirar complexo do papel.

A Petrobrás voltou a apostar na sociedade com investidores chineses para tirar do papel o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj), refinaria que já custou US\$ 13 bilhões, mas foi paralisada ainda na fase inicial de obras. Uma parceria começou a ser costurada pelo presidente da Petrobrás, Pedro Parente, com a direção da chinesa CNPC, dentro de um acordo maior de desenvolvimento de projetos em conjunto no Brasil e no exterior, segundo fontes ouvidas pelo "Estado/Broadcast".

Oficialmente, a estatal brasileira informa apenas que, como parte de um memorando de entendimentos assinado ontem, as duas empresas vão avaliar oportunidades "em áreas-chave de interesse mútuo", em toda a cadeia da indústria do petróleo, o que inclui a exploração e produção de óleo e gás e também o refino. O acordo inclui ainda a estruturação de um financiamento. Mas, segundo fonte que acompanha de perto o acordo, a retomada do Comperj está no páreo das parcerias negociadas com a CNPC.

Por enquanto, a Petrobrás aproveita o desaquecimento do consumo de combustíveis, por conta da crise econômica no País, e a baixa utilização das refinarias, para analisar o melhor modelo de formação de parcerias na área de refino, predominantemente estatal. Solução chinesa. As obras do Comperj, projeto para o município fluminense de Itaboraí (RJ), foram suspensas por conta do alto endividamento e derrocada financeira da Petrobrás, sobretudo após as denúncias, dentro da Operação Lava Jato, de desvio de recursos.

Em um primeiro momento, a estatal afirmou que manteria a obra, com a chegada de investidores chineses, que nunca apareceram de fato – as conversas não foram adiante e o projeto foi suspenso. Essa, portanto, será a segunda vez que a solução chinesa entra no radar. É certo que, sem um sócio, o projeto não será retomado, como já informou a diretoria. Por enquanto, a única previsão é construir a unidade de processamento do gás natural, porque, sem ela, não terá como escoar a produção do pré-sal, onde o gás será tratado.

"As prefeituras da área de influência do Comperj estão esperançosas, porque o quadro atual é de desalento. Com a suspensão do projeto, tivemos uma perda de arrecadação relevante. Em Itaboraí (RJ), a arrecadação de ISS caiu quase 60%. E a violência aumentou brutalmente", afirmou Rodrigo Neves, prefeito do município fluminense de Niterói e presidente do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento do Leste Fluminense (Conleste), que mantém o diálogo com a Petrobrás para retomar as obras do complexo petroquímico.

Parceria. Petrobrás e CNPC já são parceiras na exploração e produção da área de Libra, grande promessa do pré-sal da Bacia de Santos, ao lado da também chinesa CNCC, além da anglo-holandesa Shell e da francesa Total. Os chineses são parceiros também na importação do petróleo brasileiro, dentro de um acordo firmado com a Petrobrás, que garante o abastecimento de parte do mercado chinês e o acesso a financiamento para a companhia brasileira. Esse acordo foi firmado ainda no governo do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e, no pior período da crise da Petrobrás, funcionou como a principal fonte de financiamento da estatal brasileira.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Luciana Collet

Título: Empresa de soluções da Enel tem novo presidente

Troca de cadeira

Márcio Trannin é o novo presidente da Enel Soluções, empresa do grupo italiano de energia que atua em soluções no mercado não regulado no País. Trannin vem da Enel Green Power, subsidiária de energias renováveis do grupo, e vai liderar o crescimento da Enel em mercados como microgeração distribuída com energia renovável.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção: Economia****Autor: Anne Warth****Título: Eletrobrás pode privatizar usinas e subsidiárias**

Proposta do governo, que vai a consulta pública, prevê que estatal possa vender, por exemplo, Furnas ou Chesf; parte do dinheiro pode abater conta de luz.

O governo pretende apresentar ao Congresso uma proposta que vai permitir a privatização de usinas e subsidiárias da Eletrobrás. O projeto, que ainda vai a consulta pública, autoriza a venda de usinas antigas que tiveram as concessões renovadas durante o governo da ex-presidente Dilma Rousseff. A proposta prevê que a Eletrobrás poderá escolher quais usinas pretende privatizar e, se desejar, poderá até vender subsidiárias inteiras, como Furnas, Eletronorte, Eletrosul e Chesf. O dinheiro a ser obtido com a venda das usinas será dividido igualmente entre o governo, Eletrobrás e os consumidores, que poderão ter abatimento da conta de luz no futuro.

Segundo fontes do governo, uma parte desse dinheiro obtido com a privatização das usinas vai ficar com o Tesouro Nacional e deve ajudar no resultado fiscal de 2018. Outra parte deve ficar com a Eletrobrás, dona dessas instalações e que tem enfrentado dificuldades financeiras. A terceira parte deve ficar com o consumidor, abatendo custos da chamada Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), fundo setorial que banca os subsídios e programas sociais do governo. Consulta. Segundo apurou o Estadão/Broadcast, essa divisão de recursos é uma proposta liderada pelo ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho, e conta com o apoio dos ministérios da Fazenda e Planejamento.

Esses planos fazem parte de uma consulta pública que o MME vai lançar nesta quinta-feira. Os resultados desse processo darão base a uma medida provisória ou projeto de lei que o governo pretende propor ao Congresso. Com o lançamento das bases desse novo modelo para o setor elétrico, o governo pretende desconstruir a Medida Provisória 579/2012, uma das principais bandeiras do governo Dilma. O programa proporcionou uma redução de 20% na conta de luz em 2013, mas a falta de chuvas, aliada à crise, anularam esses efeitos em 2015, quando as tarifas subiram 50%. No novo contrato de concessão dessas usinas, o novo concessionário terá o direito de vender a energia a quem quiser, a preços de mercado.

Hoje, a Eletrobrás é obrigada a entregar toda a energia dessas usinas a um preço tabelado às distribuidoras de energia, que atendem o consumidor final. A estatal já anunciou a intenção de vender participações em usinas como Belo Monte, Jirau e Santo Antônio, além de instalações eólicas e linhas de transmissão para reforçar

o caixa. Consumidor final. Embora a ideia seja que parte dos recursos seja direcionada à conta de luz, na prática, o consumidor vai trocar uma energia mais barata por outra, mais cara, e ficará com apenas uma parte do valor obtido com a venda dos ativos e não há estimativa sobre qual seria o real impacto ao consumidor final.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Negócios

Autor:

Título: Brookfield quer comprar fatia da Light na Renova

Oferta inclui aporte de capital na empresa de energia eólica, que passa por grave crise financeira

A gestora canadense Brookfield Energia Renovável fez uma proposta para comprar a participação da Light Energia na empresa Renova. A oferta inclui ainda um aporte de capital na empresa de energia eólica, que vem sofrendo uma grave crise financeira desde a frustrada parceria com a americana SunEdison, que entrou em recuperação judicial no ano passado.

A Light tenta se desfazer de sua participação na Renova há algum tempo, já que também enfrenta problemas financeiros. A proposta depende de aprovação dos acionistas da empresa do Rio (recentemente, a Cemig colocou sua participação à venda na Light).

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: NICOLA PAMPLONA DO RIO

Título: Petrobras negocia conclusão do Comperj com chinesa CNPC

A Petrobras negocia com a chinesa CNPC (China National Petroleum Company) parceria para conclusão das obras do Comperj (Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro), paralisadas após o início da Operação Lava Jato.

Segundo a **Folha** apurou, o projeto faz parte de acordo estratégico assinado nesta terça (4) em Pequim pelos presidentes da Petrobras, Pedro Parente, e o vice-presidente da CNPC, Wang Dongjin, que preside a PetroChina.

Em comunicado oficial, a estatal brasileira informou apenas que o acordo prevê "avaliar, conjuntamente, oportunidades no Brasil e no exterior em áreas-chaves de interesse mútuo, beneficiando-se de suas capacidades e experiências em todos os segmentos da cadeia de óleo e gás, incluindo potencial estruturação de financiamento".

Por falta de dinheiro, a Petrobras havia retirado o Comperj de seu planejamento estratégico, limitando-se a investir em uma unidade de processamento de gás natural no complexo, localizado em Itaboraí, na região metropolitana do Rio.

O projeto original, porém, previa uma refinaria e um complexo petroquímico. As negociações com os chineses referem-se à conclusão da refinaria, que tem capacidade projetada para processar 165 mil barris de petróleo por dia em sua primeira fase.

Com obras paradas desde 2015, às instalações do Comperj apresentam sinais de deterioração, com a corrosão de tubulações e equipamentos. A Petrobras já colocou US\$ 13 bilhões no empreendimento.

A CNPC é sócia da estatal na exploração da área de Libra, a maior descoberta de petróleo do país, no pré-sal da Bacia de Santos, que começa a produzir em fase de testes este ano.

O acordo assinado em Pequim prevê ainda a análise conjunta de outras áreas de exploração e produção de petróleo.

"As parcerias estratégicas têm como benefícios potenciais o compartilhamento de riscos, o aumento da capacidade de investimentos na cadeia de óleo e gás, o intercâmbio tecnológico e o fortalecimento da governança corporativa", afirmou a Petrobras, no comunicado distribuído nesta terça.

"Para a CNPC, a parceria com a Petrobras reforça seu interesse em investir e aumentar suas atividades no Brasil", conclui o texto.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Seção: Economia

Autor:

Título: Petrobras reduz preço de gás de cozinha

A Petrobras anunciou, ontem, a redução de 4,5%, em média, nos preços do gás liquefeito de petróleo (GLP) para uso residencial. Se for integralmente repassado aos preços ao consumidor, a companhia estima que o preço do botijão de 13kg pode ser reduzido, em média, em 1,5% ou cerca de R\$ 0,88. A queda deve impactar em 0,05 ponto percentual na inflação oficial, medida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de julho. "Como a lei brasileira garante liberdade de preços no mercado de combustíveis e derivados, as revisões feitas nas refinarias podem ou não se refletir no preço final ao consumidor. Isso dependerá de repasses feitos especialmente por distribuidoras e revendedores", disse a estatal. O último reajuste ocorreu em 8 de junho de 2017.

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor: Juliana Machado | De São Paulo****Título: Bolsa analisa possível sanção à Braskem**

A B3 (ex-BM&FBovespa) vai analisar ainda nesta semana a possibilidade de suspender a petroquímica Braskem do segmento de negociação conhecido como Nível 1, segundo informou a bolsa ao **Valor**. A Braskem não divulgou as demonstrações financeiras do primeiro trimestre deste ano e do ano passado.

Até agora, a petroquímica só apresentou dados não auditados do quarto trimestre e de 2016 e do primeiro trimestre deste ano. A última divulgação, dos dados não auditados de janeiro a março, foi feita em 15 de maio.

O atraso nos balanços acontece, segundo a empresa, porque ainda não foram concluídas as análises dos auditores independentes quanto a procedimentos e controles internos adotados pela companhia. As análises estão sendo feitas por causa do acordo firmado com o Ministério Público Federal (MPF), com o Departamento de Justiça dos Estados Unidos (DoJ) e com a Procuradoria-Geral da Suíça, depois de a Braskem ter sido investigada na Operação Lava-Jato.

Atraso na entrega de balanços auditados leva a uma sequência de punições previstas pelo regulamento da B3

Pelo regulamento de listagem do Nível 1, a apresentação das informações periódicas - demonstrações financeiras, formulário de demonstrações padronizadas (DFP), formulário de informações trimestrais (ITR) e o formulário de referência - são obrigatórios. O atraso na entrega desses documentos leva a uma sequência de punições previstas pelo regulamento.

Pela lista de sanções, a primeira é a notificação pelo descumprimento, seguida de multa. Em caso de permanência da inadequação, a empresa ainda pode sofrer sanções não pecuniárias, em que a B3 primeiramente divulga as cotações das ações em separado - ponto em que se encontra a Braskem hoje - e depois suspende a companhia do segmento de listagem, caso a infração não seja corrigida. Se ainda assim persistir o problema, a bolsa pode cancelar a autorização para negociar no Nível 1.

As sanções previstas se aplicam não apenas ao Nível 1, mas também aos demais segmentos especiais de governança corporativa da B3, como o Nível 2, Novo Mercado e o Bovespa Mais.

No regulamento, não estão estabelecidos claramente os prazos determinados para cada etapa das sanções. Ao **Valor**, a B3 explicou que os prazos são definidos internamente, em conjunto com as áreas de auditoria e conformidade da bolsa. No caso de Braskem e de outras empresas que já haviam sido multadas pelo atraso na entrega da DFP, o prazo concedido pela B3 é, usualmente, de 30 dias.

A bolsa reforça que os papéis da petroquímica continuam negociados normalmente, mas integram, desde ontem, uma lista de companhias classificadas como "sancionadas pelos regulamentos". "O caso será analisado ainda nesta semana, podendo ser aplicada a sanção de suspensão da companhia do Nível 1. Caso o descumprimento permaneça, no fim do processo a companhia pode ser deslistada compulsoriamente do segmento", diz a bolsa.

Embora incomum, essa não é a primeira empresa de um segmento especial que chega ao ponto de receber uma multa e, ainda assim, precisar ser listada em separado por permanecer em débito com a bolsa. O primeiro caso semelhante foi em 2013, com a Forjas Taurus e a Eneva, ex-MPX de Eike Batista. Em 2014, foi a vez da PetroRio (ex- HRT), Desenvix, MMX, OSX, Portobello, Mangels e OGX Petróleo.

A MMX, que faz parte do Novo Mercado, não regularizou, em 2014, sua situação nos prazos estabelecidos e chegou a ter suspensa a negociação das suas ações. No ano passado, a Inepar também foi suspensa e chegou a ser deslistada compulsoriamente por não regularizar a situação.

A Braskem também está atrasada na entrega do formulário 20-F à SEC, regulador do mercado de capitais dos Estados Unidos. A Bolsa de Valores de Nova York (Nyse), que também tem um papel de autorregulador do mercado, deu prazo de seis meses, a contar de 16 de maio, para que a petroquímica resolva sua situação. Se não cumprir o prazo, os recibos de ações (ADRs) poderão ser deslistados.

A Braskem informou ao **Valor** que continua empregando "os melhores esforços" para finalizar os trabalhos com a auditoria independente em relação aos balanços cuja publicação está atrasada.

"Embora siga evoluindo nas avaliações necessárias de seus processos e controles internos, a profundidade e o detalhamento dessas avaliações estenderam o cronograma dos trabalhos junto aos auditores independentes", disse a petroquímica em nota enviada à reportagem. "A Braskem segue envidando seus melhores esforços para finalizar esses trabalhos com a maior brevidade possível."

A Braskem informou em 6 de junho que o acordo de leniência firmado com o MPF foi homologado naquela data pelo juízo da 13ª Vara Federal de Curitiba (PR). Essa

era a decisão que faltava para a homologação definitiva do acordo global firmado com autoridades dos Estados Unidos, Suíça e Brasil, revelado em dezembro.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito | Do Rio

Título: Eletrobrás adia prazo de plano de aposentadoria

A Eletrobrás adiou para 14 de julho o prazo para a adesão de funcionários ao Plano de Aposentadoria Extraordinária (PAE). A prorrogação do prazo, que inicialmente terminaria em 30 de junho, deve-se à inclusão de novas categorias na iniciativa, como empregados com idade inferior a 55 anos, com mais de dez anos de empresa e já aposentados pelo Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS). A decisão também foi influenciada pelas paralisações de funcionários ocorridas nas últimas semanas.

"O Ministério de Minas e Energia e a Secretaria da Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Sest) aprovaram a medida [a inclusão de novas categorias] a partir de consulta da Eletrobrás, feita em função de sugestões dos próprios empregados", informou ontem a empresa, em nota ao **Valor**.

Segundo a Eletrobrás, está mantida a condição inicial da primeira etapa do PAE, que consiste na complementação de 50% sobre o valor do incentivo indenizatório. O segundo período de adesões ao PAE, com incentivo complementar de 30% sobre o valor da indenização ocorrerá entre 17 e 31 de julho.

O objetivo da estatal elétrica é o desligamento de 50% dos 4,6 mil funcionários elegíveis ao PAE, o que deve gerar uma economia de R\$ 920 milhões anuais para o grupo. Até a semana passada, a iniciativa contava com 900 inscritos. Os desligamentos serão realizados em sete turmas, de junho a dezembro de 2017.

O PAE faz parte da estratégia da Eletrobrás de reduzir o total de sua força de trabalho de 21.154 para 12.045 empregados. Os cortes virão também da sinergia prevista com a criação de um centro de serviços compartilhados e a padronização dos procedimentos de todas as subsidiárias que fazem parte do grupo.

Especificamente no setor de geração e transmissão, devido à maior automação, a Eletrobrás poderá reduzir em 1.861 o número de empregados, que totalizam hoje 8.777; enquanto a privatização de suas seis distribuidoras no Norte e Nordeste deve tirar 5.972 pessoas da folha de pagamento. **(Colaborou Cláudia Schüffner)**

VEÍCULO: Valor Econômico**Seção: Empresas****Autor: Ivo Ribeiro e Francisco Góes | De São Paulo****Título: Vale define a nova estrutura de comando**

A Vale, maior mineradora de ferro do mundo, vai anunciar em breve - possivelmente até sexta-feira - sua nova estrutura corporativa, com redefinições e novos nomes para sua diretoria executiva. As mudanças são frutos da gestão de Fabio Schvartsman, que assumiu a presidência da companhia em 22 de maio.

Na nova estrutura, já foi definida, segundo fontes, a escolha de Luiz Eduardo Fróes do Amaral Osório, que foi vice-presidente de relações institucionais da CPFL Energia e responsável também pelas áreas jurídica, meio ambiente, sustentabilidade e comunicação empresarial. Osório ficaria com diretoria-executiva de relações institucionais da Vale, função que atualmente está dentro de uma superdiretoria, sob a responsabilidade de Clóvis Torres e que foi criada na gestão de Murilo Ferreira.

Conforme apurou o **Valor**, a nova estrutura da Vale será mais focada por áreas específicas - terá seis diretorias-executivas (estatutárias) e duas não executivas. Três delas - Relações Institucionais, Jurídica e Sustentabilidade e Comunicação - deverão ser desmembradas da diretoria comandada por Torres, para se ganhar mais agilidade nas decisões, informaram fontes ao **Valor**.

Sustentabilidade e Comunicação e Serviços Corporativos (recursos humanos, suprimentos e outras atividades de apoio aos negócios da empresa) devem compor as duas diretorias não executivas. O anúncio da nova composição trará os demais nomes de executivos trazidos por Schvartsman.

Hoje, na estrutura de comando executivo da Vale existem quatro diretorias-executivas - ferrosos e estratégia, a cargo de Peter Poppinga; metais básicos, com Jennifer Maki; finanças e relações com investidores, com Luciano Siani Pires e sustentabilidade, recursos humanos, jurídico e relações institucionais, com Torres.

No mês passado, dois diretores-executivos deixaram a mineradora - Roger Downey, que cuidava da área de fertilizantes e carvão, e Humberto Freitas, até então responsável pela área de logística. Downey saiu por decisão pessoal e Freitas se aposentou. Na ocasião da saída de Freitas, o mercado apostou que essas diretorias deixariam de existir como unidades separadas, sendo incorporadas a outras áreas de negócios da empresa.

O mercado já vinha trabalhando com a expectativa de uma reorganização da estrutura corporativa na Vale depois da chegada de Schvartsman à presidência da empresa, em um processo de escolha que visou buscar um executivo com elevada experiência em governança para comandar uma nova etapa da empresa.

Schvartsman encomendou um diagnóstico sobre os negócios da Vale que será tornado público depois de apreciado pelo conselho de administração. A cargo de Juarez Salilba, assessor especial do presidente, deve se concluir até o fim deste mês.

MME / ASCOM .